

Maia, Gabriela Felten de. A gramática das emoções no processo de reconhecimento de demandas da população trans. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 48, p. 57-71, dezembro de 2017 ISSN 1676-8965

**ARTIGO**

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

## A gramática das emoções no processo de reconhecimento das demandas da população trans

The grammar of emotions in the recognition process of the people trans demands

*Gabriela Felten de Maia*

**Recebido:** 17.07.2017

**Aceito:** 28.9.2017

**Resumo:** As emoções podem ser pensadas como produtoras de sentidos e relações que conectam dimensões sociais, políticas e pessoais. Seguindo essa perspectiva esse artigo discute as narrativas de violência como um processo político de visibilidade da demanda da população trans e denúncia das violações de direitos. O objetivo é refletir sobre as emoções presentes nessas narrativas como expressão não apenas uma dimensão particular da experiência, mas comunicando algo sobre as relações sociais, tensionando essas relações. Para compreender essa gramática política das emoções foi realizada uma pesquisa com uma mulher trans ativista, acompanhando as atividades que participou, entrevistas e a análise da sua rede social digital no Facebook utilizada para mobilização de seus seguidores e amigos, a partir da discussão do ciberativismo. A análise conduziu a percepção da dor e do sofrimento como forma de mobilização política a partir da construção da vítima como uma categoria que produz legibilidade das demandas da população trans em uma estrutura excludente. Assim, procuro compreender o processo de vitimização articulado a um discurso emocional e o processo de produção de subjetividades a partir de uma discussão feminista de gênero para pensar a produção de corpos e sujeitos em uma matriz cisgênera, corporificando a dor e o sofrimento. **Palavras-chave:** emoções, violência, gênero, transgeneridade, ativismo

**Abstract:** Emotions can be thought as producing meaning and relationships that connect social, political, and personal dimensions. Following this perspective this article discusses the violence narratives as a political process of visibility of the demand on trans people and rights violations denunciation. The purpose is to think about the emotions revealed in these narratives as expressing not only a particular dimension of experience, but communicating something about social relations, stressing these relationships. In order to understand this political grammar of emotions, a research was carried out with a trans activist woman, following the activities she participated in, interviews and the analysis of her Facebook posts used to mobilize her followers and friends, from the cyber-activism discussion. The analysis led to the perception of pain and suffering as a form of political mobilization from the construction of the victim as a category that produces legibility of the demands of the trans population in an excluding structure. Thus, I try to understand the process of victimization articulated to an emotional discourse and the process of production of subjectivities from a feminist discussion of gender to think the production of bodies and subjects in a cisgender matrix, embodying pain and suffering. **Keywords:** emotions, violence, gender, transgender, activism

## Introdução

Esse artigo insere-se nas discussões das emoções como produtor de sentidos e relações que conectam dimensões sociais, políticas e pessoais, articulando-se com as discussões feministas de gênero, para pensar narrativas de violência acionadas como um processo político de visibilidade das demandas da população trans e denúncia da transfobia. O objetivo é estudar como o discurso emocional como um processo de (re)construção do social, em um contexto social em que pessoas trans são marcadas como vidas precárias, nos termos de Butler (2011). As questões que guiam essa discussão são: Qual o papel das emoções, como pergunta Ahmed (2015), nas distintas denúncias de formas de violência e poder? E qual o significado de usar a vivência como forma de reivindicação?

Pensa-se as emoções, e a expressão do sofrimento, como uma linguagem, conforme trabalhado por Mauss, que expressam valores e pela “[...] força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais do que meras manifestações, são signos de expressões entendidas [...] são como frases e palavras” (Mauss, 1979, p. 153) que não sendo apenas fenômenos fisiológicos ou psicológicos, mas também sociais porque possuem um caráter coletivo, “põem em ação somente sentimentos e idéias coletivas, e tem até vantagem de nos deixar entrever o grupo, a coletividade em ação ou mesmo em interação” (Mauss, 1979 p. 149). Como são emoções pronunciadas coletivamente expressam não apenas o que o indivíduo sente, mas também comunicam algo sobre as relações sociais e nos faz compreender a sociedade em interação, tensionando essas relações sociais e a partir dessas tensões também modificam-as.

Nas palavras de Abu-Lughod e Lutz (1990, p. 11):

The focus on discourse allows not only for insight into how emotion, like the discourse in which it participates, is informed by cultural themes and values, but also how it affects a social a social field, and how it can serve as an idiom for communicating, not even necessarily about feelings but about such diverse matter as social conflict, gender roles, or the nature of the ideal or deviant person.

Como destacam Abu-Lughod e Lutz (1990), utilizando a concepção foucaultiana de prática discursiva, as emoções são práticas que produzem aquilo do qual falam. Por isso, Abu-Lughod (1990) chama a atenção para os contextos nos quais se fala das emoções porque a sua expressão em diferentes contextos participa de diferentes projetos.

A perspectiva de Abu-Lughod e Lutz (1990) possui uma dimensão pragmática e performática das categorias emotivas, em que é preciso pensar os contextos em que os discursos emotivos são acionados porque estas “should not be viewed, as our quotidian perspective might suggest, as a substance carried by the vehicle of discourse, expressed by means of discourse [...]. Rather, we should view emotional discourse as a form of social action that creates effects in the world” (Abu-lughod; Lutz, 1990, p. 12).

Portanto, enquanto práticas, as emoções são criadas por meio do discurso, sendo, então, atravessadas por relações de poder que engendram subjetividades, corpos e políticas. Torna-se, desse modo, uma chave analítica para pensar a mobilização política das emoções como estratégica para dar visibilidade e reconhecimento à demanda da população trans. É através de uma gramática dos sentimentos que emoções serão acionadas para que pessoas trans falem sobre suas experiências em uma sociedade transfóbica e, por isso, tornam-se a chave para elucidar aspectos macrossociais. Estas dão inteligibilidade a processos sociais, a produção de coletividades e subjetividades que são posicionadas e posicionam-se política e subjetivamente a partir das experiências de sofrimento e violência.

Essa reflexão foi possível a partir de encontros realizados com Suelen, jovem de 27 anos, mulher trans, branca, ativista, transfeminista, estudante do curso de Serviço Social de uma universidade do interior do Rio Grande do Sul e atuante em dois coletivos da cidade onde reside, um feminista e outro LGBT, para a produção de um projeto em comum que resul-

tou em uma intervenção com pessoas trans em um serviço da política pública de Assistência Social. As interações que se sucederam estreitaram os laços entre eu e ela, estabelecendo uma forte relação de amizade e cumplicidade. Por isso, esse trabalho é apoiado nessa relação dialógica e afetiva, um encontro intersubjetivo de constantes trocas que permitiu a construção desse texto, e, apoiando-me nessa dimensão, à pedido dela, explícito o seu nome verdadeiro.

Assim, para a composição da discussão foram utilizados diferentes materiais: observações, entrevistas e análise de postagens no seu perfil pessoal do Facebook. Para o aprofundamento da temática que guia a discussão desse artigo também foi importante acompanhar a sua trajetória de ativismo. Por isso, se valerá das observações realizadas nos diversos eventos que esteve compondo mesas de debates ou que ambas, ela e eu, compuseram juntas e de entrevistas em profundidade para pensar, na primeira e segunda parte desse artigo, sobre a gramática política das emoções nos processos de reconhecimento e, na última seção, refletir sobre o significado dessa gramática como um processo que engendra os corpos (Butler, 2001; 2009; Lauretis, 1994), constituindo, reatualizando e refazendo a todo instante as formas de viver o gênero.

### **Emoções e política e os processos de vitimização**

Os dados existentes, produzidos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH, 2016), sistematizam as violências contra a população LGBT como homofobia, considerado preconceito ou discriminação motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero. Assim, compreende-se, para a sistematização dos dados, a lesbofobia, transfobia e bifobia na categoria homofobia. Essa categorização para a violência que atinge a população trans tem sido questionada porque as formas de violência que atingem mulheres cis lésbicas, pessoas cis bissexuais, homens cis gays e pessoas trans são diferentes o que exigiria um monitoramento diferenciado.

Por isso, a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans Brasil) tem procurado mapear as violações cometidas contra travestis e transexuais, considerando que há uma invisibilidade das condições de vida dessa população. Em um dossiê organizado pela instituição há um esforço em sistematizar os dados coletados de diferentes fontes, apontando o silenciamento das identidades de gênero e a incidência de suicídio, os casos em que tiveram problemas em decorrência de uso de silicone industrial, as tentativas de homicídios, os assassinatos e outras violações de direitos.

Uma organização europeia, a Transgender Europe (TGEU, 2016), monitora sistematicamente os assassinatos de pessoas trans em todo o mundo e tem apontado altos índices de mortalidade dessa população no Brasil. Em monitoramento realizado no ano de 2016, dos 33 países reportados, o Brasil lidera, com um total de 123 mortes, mantendo essa posição ano após ano. É significativo esse valor se comparado ao segundo lugar, México, com 52 casos. Considerando essas denúncias do Brasil como o país que mais vitima a população trans, a Rede Trans Brasil, propôs a criação de um censo, ainda em fase de levantamento de dados, para conhecer o perfil da população trans e, assim, tornar-se um instrumento para a cobrança por políticas públicas intersetoriais.

Dados como os produzidos pela Transgender Europe e Rede Trans Brasil tem sido importante para movimentos sociais LGBTs, sociedade civil e pesquisadores alertarem para a letalidade das violências, bem com as graves violações dos direitos humanos da população trans. A invisibilizada dessa população e de suas demandas, o desrespeito à identidade nos mais diversos espaços, ausência de políticas públicas de combate e enfrentamento à transfobia, bem como de inclusão dessa população no mercado de trabalho formal, entre outros, tem sido pauta das discussões públicas. Jesus (2010) e Bonassi et al. (2015) procuram pensar as dificuldades na construção políticas públicas que atendam as especificidades dessa população

ou mesmo o reconhecimento desta como sujeitos beneficiários das políticas públicas e os efeitos disso na manutenção das vulnerabilidades que as atingem.

No esforço de dar visibilidade às condições e contextos de vida das pessoas trans, trabalhos como dessas autoras, aliados a outros pesquisadores, movimentos sociais LGBTQs e ativistas transfeministas tem procurado denunciar o processo de exclusão sistemática presente no cotidiano da população trans. Há intensa produção de materiais escritos e blogs, páginas do Facebook, em páginas pessoais de ativistas trans e audiovisuais, como vídeos em canais do YouTube a respeito das violências sofridas e as problemáticas relacionadas à saúde mental da população trans em decorrência dessas violências.

A partir dos encontros com Suelen passei a ter mais contato com debates relacionados à população trans nas redes sociais digitais, espaço que tem se tornado importante para a mobilização política (Rigitano, 2003) na atualidade e utilizado por diversos ativistas. Acompanhando ativistas mulheres trans pelo Facebook, nos últimos quatro anos, é possível observar, em seus perfis pessoais, a procura por visibilizar a precariedade das vidas de pessoas trans. Assim, são realizadas postagens de relatos pessoais acompanhados de questionamentos às normas de gênero, produção de textos autorais que reflitam sobre a situação das pessoas trans no país, compartilhamento de notícias sobre violências impingidas às pessoas trans ou mesmo a crítica ao modo como essas notícias referem-se às pessoas trans, não respeitando suas identidades ao usarem o nome do registro civil.

Castells (2013) afirma que as redes sociais digitais tem sido uma ferramenta importante, entre outros aspectos, de mobilização e constitui uma nova prática, o ativismo sociopolítico, em que há o compartilhamento da indignação e da luta por transformação. Para Youngs (2015), a visibilidade de demandas feministas (e acrescento também as demandas LGBTQs) através de comunidades digitais oferece um espaço para o engajamento e ampliação das conexões e possibilidades de ativismo, criando redes nacionais e transnacionais e, como observam Goodwin, Jasper e Polletta (2004) e Castells (2013), as emoções tem sido parte da ação dos movimentos sociais, quando se aciona a indignação, a dor e o sofrimento para falar de uma coletividade. É o que se observa quando homens e mulheres trans, ao falarem de sua indignação e da dor pessoal utilizando seu perfil pessoal, também falam em nome de um coletivo, constituindo-se um tipo de narrativa que publicamente aciona o sofrimento como forma de denúncia.

A dor e o sofrimento tem sido exploradas como prática social em que os sujeitos colocam em ação, mais que significados, processos que engendram modos de ser no social e também um discurso que comunica uma dimensão coletiva das experiências emocionais de grupos sociais (Victoria, 2011). Ahmed (2015) destaca que há uma íntima relação entre o feminismo e a dor, especialmente nos testemunhos das mulheres acerca da violência, aspecto que tem sido importante para a política feminista de visibilidade e, como aponta Sarti (2011), torna-se o mote dos movimentos identitários para o reconhecimento da violência como um problema social.

A noção de vítima auxilia na compreensão da relação entre os sentimentos de dor e indignação e a expressão público de sua vivência porque, nas palavras de Ahmed (2015, p. 264, grifos da autora), “[...] no existe una política que actúe sin reaccionar [...]. No existe una acción pura u originaria que se halle fuera de dicha historia de ‘reacción’, en la cual las superficies de otros han dejado ‘impresiones’ en los cuerpos”. As formas como se lê essa forma de ação que liga emoção, ética e política tem a força de aproximar pessoas diferentes que se identificam emocionalmente com o que é falado, construindo um “nós” (Jimeno, 2010; Sarti, 2011; Ahmed, 2015).

Para Sarti (2011, p. 54), “a noção de vítima configura, assim, uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legiti-

dade moral à suas reivindicações”. Portanto, torna-se uma categoria política importante nos processos de reconhecimento porque [...] a categoria de *vítima* é um mediador simbólico entre a experiência subjetiva e a generalização social. O curioso e interessante dessa mediação é que ela é feita através da convocação de uma comunidade emocional e não por meio da invocação de princípios abstratos de direitos violentados. Nesse contexto, o discurso emocional é inclusivo e não particularista, é político e não privado (Jimeno, 2010, p. 113-114, grifo da autora).

Podemos, assim, pensar que o lugar de vítima reivindicado por pessoas trans em suas narrativas e presente nas discussões de pesquisadores como Jesus (2010) e Bonassi et al. (2015) não se associa a uma condição negativa, de passividade porque a narrativa constante da violência procura presentificar a especificidade do sofrimento causado por uma estrutura transfóbica excludente e que tem efeitos políticos. Constitui-se a partir do sentimento de indignação às injustiças, traduzindo-se em formas de ação e produção de conhecimento que nomeia as várias formas de violência transfóbica, mas também visa um futuro diferente. Essa linguagem emocional comunica (Mauss, 1979) vivências compartilhadas de violência e demandas de direitos violados, constituindo o engajamento e a mobilização pública de reconhecimento de formas de violência a uma população até então nomeada como homofobia, de modo a efetivar e garantir à cidadania desse grupo.

### **A experiência emocional no ativismo**

Suelen, enquanto transfeminista, faz uso do ciberativismo para que as pessoas que a acompanham (1050 seguidores e 2081 amigos) reflitam sobre as questões da população trans, produzindo textos autorais e compartilhando materiais de outras fontes. Além disso, mantém-se ativa como administradora ou participante, em vários grupos e páginas do Facebook relacionados à população LGBT e feminista. O período de postagens analisadas compreende janeiro de 2015 até março de 2016. Esse recorte foi realizado em razão de referir mudanças na sua forma de atuação nas redes sociais.

Até o primeiro semestre de 2015 o seu perfil pessoal do Facebook esporadicamente tinha conteúdo relacionado ao ativismo, ficando restrito à participação em grupos fechados ou secretos e na administração de páginas do Facebook e “*as exposições feitas no meu perfil eram para externar questões não resolvidas nos grupos de debates ou para alcançar mais pessoas como aliadas*” (Entrevista)<sup>1</sup>.

A partir do debate do Plano Municipal de Educação, realizado a partir de junho de 2015, na cidade onde reside, observa-se um reordenamento do uso da rede social. O processo de discussão pública do Plano Municipal de Educação foi um divisor para o ativismo que vinha realizando:

Antes do PME eu me dedicava ao ativismo na internet e desconstruía pessoas nos espaços que frequentava, o PME não foi algo planejado, como nada na minha vida, eu recebi uma ligação a tarde de um amigo falando da tal votação e pedindo para que eu comparecesse, eu nem tinha ideia do que estava acontecendo, pois vivia na minha bolha, meu mundo encantado sem gente me perturbando ou me exotificando, eu como gosto de um desafio e de uma treta aceitei na hora e disse que estaria então a noite na Câmara de Vereadores. Quando cheguei lá fiquei sabendo das polêmicas, e tomei conhecimento de uma louca, a tal X, lembro-me que alguém me falou que talvez alguém falasse contra e eu no mesmo momento me dispus a falar a favor, eu estava acostumada com esse debate, eu vivo esse debate e tenho noção do quanto meus direitos são negados por nossa sociedade negligenciar esses saberes. (Entrevista).

<sup>1</sup> Para diferenciar de citações bibliográficas diretas, quando se tratar de trechos das entrevistas será grafado em itálico.

Foi nesse momento que se aproximou do coletivo feminista e passou-se a constituir um grupo de pessoas LBGT da cidade, que culminou um ano depois, com o assassinato de uma travesti, na formação do coletivo LBGT que recebe o nome dela como homenagem. Também passou a participar de reuniões, ocupou a tribuna, falando sobre a situação das pessoas LBGT e, então, a ser chamada para entrevistas pelos veículos de comunicação da cidade e a falar com assessores de alguns Vereadores. Esse processo deu visibilidade a ela enquanto ativista, algo que possuía até o momento fora da cidade, a partir da sua atuação nos grupos e páginas do Facebook.

Nos meses que se seguiram ao debate na Câmara de Vereadores, o seu perfil do Facebook que tinha poucas postagens relacionadas à temática LBGT, passa a intensamente ter compartilhamentos de materiais sobre a população trans, realizados por ela e por outras pessoas que a marcavam, também observa-se a produção de textos autorais e publicação de fotos nas atividades que participou e dos protestos na Câmara de Vereadores.

As tensões diante do debate sobre as discussões de gênero no Plano Municipal de Educação, principalmente com setores religiosos levou a organização de uma petição online, ainda em Julho de 2015, no site Petição Pública, direcionada à Câmara de Vereadores, intitulada “Pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática e inclusiva!”, sendo compartilhada por várias pessoas, amigos de Suelen, solicitando o apoio. Esse processo de disputa em torno do PME foi considerado desgastante ao mesmo tempo desafiador, mobilizando sentimentos de medo, solidão e indignação, dado que em vários momentos refere o desrespeito na Câmara de Vereadores, sendo exposta em plenária com a apresentação da foto do seu perfil por um dos Vereadores e chamada no masculino, mas também de esperanças por uma outra sociedade possível, especialmente ao desejar dar visibilidade às demandas da população trans.

Todos queriam saber mais, saber o que eu tinha a falar. Passado todo o stress, eu comecei a ser ouvida pelas pessoas, lembro que o primeiro acesso sem ter que ficar implorando por nada foi no CREAS, quando apresentei um projeto e pedi apoio a elas, isso me deixou muito feliz, eu podia falar e as pessoas ouviam, me entendiam. Eu gostei disso. Conheci mais pessoas e, cada vez mais, essas pessoas me entendiam, pensavam como eu. Antes eu tinha acesso a isso só a distância [através dos grupos que participa no Facebook]. Agora não mais. Eu tinha pessoas que pensavam igual a mim, que me apoiavam de verdade, que realmente queriam mudar as coisas e que não me usavam para jogos políticos. Com isso, eu comecei a ficar mais curiosa e a estudar mais, a procurar outras alternativas. Aprendi que eu poderia sim mudar as coisas, que eu faço a diferença. Para alguém que não tinha grandes expectativas, em um relacionamento abusivo, que era o único motivo de felicidade que eu tinha, era um grande passo, uma grande mudança. As pessoas acreditavam em mim, nas minhas falas, nos meus projetos, me motivavam. Nunca ninguém tinha me motivado, eram só cobranças, como se eu fosse um peso ou algo assim. Essas pessoas me entendiam, sabiam o que eu passava e eram empáticas a isso, algo que eu havia experimentado apenas online. Mesmo elas não sendo trans. Isso era algo novo na minha vida, com elas eu poderia conversar, eu não precisava mais gritar, me impor, era só eu falar e isso me encheu de alegria e virou um motivo a mais para eu viver. Eu que antes esperava a morte, agora quero estudar, fazer faculdade, um mestrado, ter uma carreira. Eu me sinto mais empoderada do que antes e cada dia que passo eu me empodero mais. Esse virou o norteador da minha vida, eu penso que sou uma pessoa de sorte por encontrar essas pessoas, quando eu nem estava procurando, as coisas aconteceram muito naturais, imaginem quantas iguais a mim não existem, apenas esperando alguém escutá-las, ajudá-las e mostrá-las que podemos mudar o mundo, cada dia um pouco, é pensando nessas pessoas como eu que eu tiro forças para sempre continuar e enfrentar tudo e todos. (Entrevista).

O incômodo, um sentimento que para (Ahmed, 2015) é efeito das normas regulatórias de gênero e sexualidade, gera não apenas sentimentos negativos porque também pode significar ser afetada por uma inconformidade em adequar-se à norma. Significa “habitar las normas de manera diferente” (Ahmed, 2015, p. 238), como um afeto que trabalha sobre a norma pela ausência de comodidade em adequar-se ao que está disposto como uma vida viável. Enquanto emoção corporificada e experienciada por Suelen entre dor e prazer há a produção de um movimento de mobilização para na tribuna, através de uma fala que tinha tom de denúncia:

Defender as pessoas iguais a mim, eu tinha medo, eu nunca tinha falado em público, eu tinha medo de gaguejar, de errar, eu ensaiei tantas vezes o texto, eu editei ele minimamente, tudo cronometrado para eu falar os 10 minutos, cada palavra foi pensada, cada mínimo detalhe. (Entrevista).

É com essa motivação que passou a realizar falas públicas em eventos contando da sua experiência. Estive participando em diversos eventos que Suelen foi convidada para compor mesas de discussão sobre a população LGBT, utilizado esses espaços de formação como formas de mudança de mentalidades porque acredita que o conhecimento das pessoas sobre a realidade da população trans e sobre as discussões de gênero e sexualidade é um dos caminhos para a transformação. Nos eventos iniciais a fala tinha como mote as violências sofridas, as tentativas de suicídio, uso de drogas, procurando mostrar os efeitos nocivos da transfobia nas subjetividades e vidas das pessoas trans, ao mesmo tempo que trazia dados nacionais organizados por ativistas como forma de visibilizar um problema social. Mais recentemente as falas tem direcionado o foco para os dados quantitativos.

O ativismo além de significar um espaço para fazer a diferença, também implicou um processo que permitiu:

Usar o que eu passei e que para mim foi tão sofrido, ressignificar minhas dores e transforma-las em luta. Hoje, eu, alguém que não tinha a mínima vontade de viver, sem perspectiva de vida, posso dizer que estou ajudando a mudar o mundo, algo que pode ser pequeno para alguns, mas que me deixa muito feliz, eu sou a trans que tomou as mídias da cidade sem ser exotificada, isso é a primeira vez que acontece, sinto como se tivessem desligando a imagem de pessoas trans da marginalidade e isso é muito bom, eu me sinto feliz, plena e orgulhosa de mim, algo que eu nunca havia sentido, sim hoje eu posso dizer que nesse momento eu sou a pessoa mais feliz do mundo. (Entrevista).

Como nos fala Ahmed (2015) sobre a formas de política que questionam as normas sociais a partir de uma gramática emocional, a dor e o sofrimento são colocados em ação, uma vez que as emoções são práticas sociais organizadas por histórias de vida que conformam os modos de compreensão sobre os acontecimentos e o que se faz com isso. Por isso, mais do que sentir, a dor e o sofrimento são transformados em formas de luta por Suelen porque, de acordo com Rosaldo (1984, p. 141), como pensamentos corporificados, os símbolos coletivos “acquire the power, tension, relevance, and sense emerging from our individuated histories” como sentimentos e pensamentos porque o sujeito está engajado. Suelen fala de dor, efeito de certas violências sofridas, a alegria do encontro com outras pessoas e a adotar novas formas de estar no mundo e, com isso, a esperança e o desejo de mudança. Essas dimensões emocionais estão ligadas, conforme Ahmed (2015), com a politização das emoções e as formas como animam as relações entre o sujeito e a coletividade.

### **A gramática das emoções nos processos de reconhecimento**

Suelen nos traz a todo instante os sentimentos que emergiram em cada etapa da sua experiência, na infância, nas relações familiares, na escola e nos embates públicos enquanto

ativista. Essas emoções falam do processo de transformação que passou e vem passando enquanto sujeito e engendra seu modo de ação e relação com o coletivo. Gramaticas emocionais atravessam o modo como essas experiências foram sendo tematizadas em nossas conversas, nos eventos que participou e em algumas de suas postagens no Facebook.

Ahmed (2015) afirma que o que nos move são as emoções e o modo como interpretamos os sentimentos não diz respeito apenas a como entendemos o que sentimos, mas também depende de interpretações realizadas não necessariamente por nós. Por isso,

Considerar que las emociones son mediadas y no inmediatas nos recuerda que el conocimiento no puede separarse del mundo corporal de los sentimientos y las sensaciones; el conocimiento está ligado a lo que nos hace sudar, estremecernos, temblar, todos esos sentimientos que se sienten, de manera crucial, en la superficie del cuerpo, la superficie de la piel con la que tocamos y nos toca el mundo (Ahmed, 2015, p. 259-260).

Siqueira e Victora (2017), a partir do estudo com familiares das vítimas da Boate Kiss, em Santa Maria, apontam o lugar que as emoções possuem no campo político, pois são mobilizadas no processo de reivindicação por justiça. Gomes (2017), no estudo das Marchas das Vadias do Rio de Janeiro demonstra como as emoções são mobilizadas nas mensagens políticas nas ruas, realizando um trabalho emocional que as torne apropriada para o contexto da marcha. Portanto, a expressão das emoções consideradas apropriadas é trabalhada em cada contexto, possuindo uma dimensão estratégica, por isso, para a autora, as emoções são um “vetor de agência e criatividade” (Gomes, 2017, p. 242) que estão em constante transformação que envolve diferentes projetos políticos, considerando os marcadores sociais de diferença. Nessa perspectiva Vianna e Farias (2011), ao abordarem o movimento de mães de vítimas de violência policial do Rio de Janeiro, mostram que a expressão do sofrimento é central, mas também emoções e corporalidade são acionados diferentemente, conforme o contexto.

Para Ahmed (2015), os afetos não são desvinculados de processos históricos de violência e desigualdades que organizam as demandas de mudança social, como são observadas na narrativa de pessoas trans. Assim, a autora destaca que a indignação pela opressão vivida, como pensamento sentido, marca uma leitura específica, em que essa emoção se torna a base para uma crítica ao modo como o mundo está estruturado.

Em julho de 2015, no auge do debate sobre Ideologia de Gênero e o PME, Suelen posta uma foto com o filtro da bandeira trans e o seguinte texto:

VOCÊ SABIA?

O Brasil é o país que mais mata trans, matando quatro vezes mais que o segundo colocado. A expectativa de vida de uma trans é 30 anos, sendo que a expectativa de vida média da sociedade brasileira é 65. As pessoas trans são as principais a evadir da escola por diversos motivos, tais como violência física, psicológica, moral e o silenciamento das violências sofridas. Estima-se que 90% das trans estejam na prostituição, isso não acontece nos demais grupos. A maioria dos assassinos de trans saem impunes dos seus crimes, o estado não tem interesse em investigar ou punir. Para uma pessoa trans fazer mudar seus documentos precisa passar por um processo longo e doloroso, isso não acontece com as pessoas cisgeneras. A grande maioria das pessoas trans já tentaram suicídio por fatores internos e externos. Desconstrua transfobia, ela mata. *#BastaDeTransfobia* Filtro para quem quiser participar: <http://messica.codes/transflag/>

No mesmo tom encaminha sua fala na tribuna da Câmara de Vereadores, que reproduz uma parte, destacando a invisibilidade das estatísticas de exclusão das pessoas trans, apontando as violências sofridas por essa população e clamando que a sociedade, os presentes e os vereadores considerassem a importância da discussão na educação, quando afirma que “*Não existe interesse em mostrar a realidade dessas pessoas [das pessoas trans], não existe interes-*

*se em acabar com esse ciclo, não existe interesse em dar tratamento digno a essas pessoas” e, após apresentar os dados direciona a audiência questionamentos, procurando mobilizá-los e sensibilizá-los para a gravidade do que estava denunciado: “Quem de vocês gostaria de estar em um lugar onde se é humilhado, ameaçado, agredido física e psicologicamente? Quem de vocês ficaria em um lugar onde a agressão é constante e a autoridade máxima faz vista grossa para a situação? [...] Quantas travestis vocês já viram em um emprego formal? Para quantas travestis vocês já deram uma oportunidade de emprego?”. Por isso, encerra o texto implicando a todos, sociedade civil e poder público, quando diz que a retirada das discussões sobre diversidade sexual e de gênero da proposta original “é dar continuidade a este ciclo, é continuar a segregação, é jogar pessoas para a marginalidade, é interromper um futuro que poderia ser brilhante”.*

O domínio das informações, dos dados acionados para construir uma narrativa sobre as causas da precariedade das vidas de pessoas trans e a necessidade de reconhecimento e repostas do Estado e de mudanças de mentalidades são parte de um repertório mobilizado nessa exposição, mas também presente em suas postagens no perfil pessoal e em falas nos eventos que pude participar acompanhando-a. Então, o forte apelo às emoções dos outros está presente em seu discurso e manifestações públicas. A construção do texto apresentado na tribuna, a colocação dos dados intercalado com questionamentos, em um momento de pânico moral instalado sobre o debate de gênero e sexualidade na educação, constitui-se em um contexto que procura provocar no outro alguma emoção.

Abu-Lughod (1990) destaca que há uma dimensão pragmática das emoções, na medida em que a narrativa da violência, nesse contexto, é estrategicamente acionando para denunciar uma realidade vivenciada pelas pessoas trans no Brasil, mas também, enquanto prática, estas são performativamente mobilizadas, considerando os contextos em que se fala. Portanto, Suelen ao mobilizar as emoções suas e dos outros, coloca em evidência os processos sociais que constituem que vidas podem ser choradas.

Como destacam Coelho e Rezende (2011), as emoções possuem uma capacidade de dramatizar, alterar ou reforçar a dimensão macrosocial, sendo engendrada pela posição do sujeito na sociedade. Para Abu-Lughod e Lutz (1990) os discursos emocionais podem servir como idioma de protesto e locus de resistência, como discutido por Abu-Lughod (1990) sobre o poema amoroso, recitado por jovens beduínos como um desafio ao sistema de hierarquia baseado em distinções geracionais. Seguindo essa linha de discussão, a autora afirma que os sentimentos devem ser vistos como políticos e sua expressão torna-se um ato político.

Butler (2009) lança questões a respeito de como as minorias falam e fazem suas reivindicações e o modo como podem reivindicar e a experiência com Suelen indica-me ter na gramática emocional um de seus caminhos. Sua fala performativamente produz um coletivo, as pessoas trans, para negociar o direito destas falarem. Situada no contexto de busca por reconhecimento de vidas precárias, sua presença no espaço da Câmara de Vereadores, um corpo à margem, performativamente afirma não apenas a sua existência, mas de um coletivo que representa e que reivindicam e resistem à violência cotidiana pelo direito de viver (Butler, 2009).

Esse debate atravessa o modo como os corpos de pessoas trans não se qualificam como legíveis (Butler, 2009), pois as violências cotidianas a que se referem envolvem práticas e discursos que vão constituindo-as como corpos abjetos em uma matriz cisgênera<sup>2</sup> (Bagagli, 2013). Quando Suelen interpela seus seguidores a partir da chamada *Desconstrua transfobia*,

<sup>2</sup> Bagagli (2013) conceitua a matriz cisgênera como ferramenta para pensar a cisnormatividade como processo de hierarquização de corpos e identidades cisgêneros e transgêneros, naturalizando aquele como o destino dos corpos, enquanto estes marcados como desviantes e, então, patologizados.

*ela mata*, acompanhada de outras ativistas, procura o reconhecimento de mortes específicas como um problema social.

O uso de recursos dramáticos, como a descrição do modo como se dão essas mortes, postagens de imagens de corpos, campanhas organizadas por ela e outras ativistas, através da hashtag #somoslauravermont, #somoscontraatransfobia, #somostodosveronica, #pelavidadas-pessoastrans, o sangue na bandeira que representa a população trans após segundo feminicídio de uma travesti na cidade onde reside, a cor vermelha em uma campanha que participou com o texto “Transfobia Mata”, são as formas mobilizadas para que as vidas de pessoas trans possam ser reconhecíveis como também valendo a pena serem acolhidas.

Em 3 de novembro de 2015, Suelen compartilha um vídeo da página Travesti não é bagunça que mostra o atropelamento intencional de uma travesti, com o seguinte texto:

Infelizmente essa é a realidade, todos os dias uma pessoa trans é morta, a sociedade parece gratificar quem faz esses extermínios, até quando pessoas serão mortas e segregadas por expor sua verdade? Esse tipo de exemplo me enche de nojo e ódio da sociedade cisheteronormativa, ah e por favor, não leiam os comentários.

Em janeiro de 2016, mês que marca uma data de visibilidade trans, houve diversas postagens destacando a violência que atinge as pessoas trans:

Do dia 1º de janeiro até o dia 20, 54 pessoas trans foram assassinadas de forma brutal no Brasil. Estamos no país que mais mata travestis e mulheres trans, matando quatro vezes mais que o segundo colocado. O dia da visibilidade trans está quase aí e esses assassinatos ainda se encontram impunes. Justiça, política, saúde, segurança e educação para quem mesmo? ( Postagem de 24 de janeiro de 2016).

Quando se tem todos os segmentos da sociedade contra você.  
 Quando sua expectativa de vida está entre 30 e 35 anos.  
 Quando não te é garantido a educação.  
 Quando sua saúde é ignorada.  
 Quando não se encontra emprego.  
 Quando uma das poucas saídas é a prostituição.  
 Quando você é exotificada e objetificada por apenas existir.  
 Quando seus assassinatos são ignorados pelos agentes do estado.  
 Quando tem que se aprender a rebater o cissexismo.  
 Quando as violações sofridas por você são naturalizadas.  
 Quando até depois de morta você não é respeitada.  
 Quando se tem suas identidades patologizadas.  
 Quando te apontarem como um erro.  
 Quando te negarem o amor.  
 Quando te usarem.  
 Quando te apontarem.  
 Quando te violentarem.

**EXISTA E RESISTA!**

**SIM, MESMO DEPOIS DE MORTAS, NOSSAS VOZES ECOARÃO, CONTINUAREMOS VIVAS NA MENTE E CORAÇÃO DE CADA UM QUE NOS ESCUTOU UM DIA!**

**NÓS NÃO IREMOS MAIS ACEITAR, NÓS NÃO IREMOS RECUAR!**

( Postagem de 26 de janeiro de 2016)

A precariedade de que fala Butler (2009) diz respeito a essas vidas que estão expostas à violência, à pobreza, à fome, à morte, à doença e que possuem redes sociais e econômicas insuficientes para proteção e, nos termos da autora, está diretamente relacionada às normas de gênero “since we know that those who do not live their genders in intelligible ways are at heightened risk for harassment and violence. Gender norms have everything to do with how and

in what way we can appear in public space [...]” (Butler, 2009, p. 2). Portanto, precariedade e performatividade estão relacionadas, pois os modos de inteligibilidade dos sujeitos e, portanto, quem conta como uma vida que poder vista como uma vida que importa, constituindo uma fronteira com aquelas vidas que não serão contadas.

O corpo, então, torna-se uma dimensão politizada em movimentos sociais identitários, ressignificando-o e reenquadrando-o de tal modo que possa ser pensado como uma gramática política para comunicar algo em imagens, nas ruas, pintados ou de outras formas (Gomes, 2017). O corpo torna-se sujeito que existe e resiste quando transforma a dor em luta, como está presente nas postagens de Suelen alusivas às datas de visibilidade da população trans, acompanhadas de imagens da bandeira representando a população trans com dizeres “Existir e Resistir. Transforme sua dor em luta! Unidos somos mais fortes!” e outra com as palavras “Visibilidade, Dignidade e Respeito”.

### Emoções engendradas

Portanto, essas emoções também são vividas, corporificadas por aqueles que as mobilizam politicamente porque são “also framed in most contexts as experiences that involve the whole person, including the body” (Abu-Lughod; Lutz, 1990, p. 12), portanto uma tecnologia que constitui as experiências corporificadas ou, nos termos de Lauretis (1994), *engendering* pessoas trans.

A discussão de tecnologias de gênero de Lauretis (1994) pode ser aproximada da perspectiva da micropolítica das emoções de Abu-Lughod e Lutz (1990), quando aquela entende gênero como uma representação que tem efeitos sociais e subjetivos concretos, conformando vidas, corpos, emoções, discursos e práticas sociais a partir de um “complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior” (Lauretis, 1994, p. 228).

As emoções em um contexto de discussão das tecnologias de gênero, como práticas e discursos institucionais que controlam campos de significação, epistemologias e práticas sociais (científica, mídia, religiosa, jurídica, etc.) que engendram os sujeitos no constante processo de oposição binária da diferença sexual (Lauretis, 1994; Scott, 1995), permite uma reflexão sobre o como as formas de vida queer<sup>3</sup> “tienen un acceso distinto a las formas de cultura públicas, que afectan la manera em que pueden habitar esos espacios públicos” (Ahmed, 2015, p. 233), podendo produzir uma sensação de estar fora do lugar. Esta sensação de incomodo é efeito do modo como os corpos são interpelados nos espaços que habitam, considerando as intersecções de diferentes marcadores sociais que produzem modos de vidas e experiências diversos em diferentes contextos.

A experiência que aqui é relatada é uma entre tantas, múltiplas e diferentes, mas que nos ajuda a pensar os efeitos que a cisnormatividade tem sobre os corpos, afetos e vidas de pessoas trans. A forma como Suelen falava nos eventos que acompanhei, o conteúdo e a escolha das palavras constitui não apenas uma vivência pessoal, mas também de outras pessoas. Esse vai e vem entre o “eu” e “nós” presente em sua fala compõe simultaneamente a dor pessoal e a experiência coletiva de uma população.

Esse mundo transfóbico me colocou em depressão, foram cinco tentativas de suicídio, umas delas eu cortei meus pulsos, pernas, eu só queria sangrar e morrer, me li-

<sup>3</sup> Conforme Louro (2001), queer pode ser traduzido por estranho ou ridículo e constitui-se em uma expressão utilizada para insultar pessoas que possuem modos de ser e viver que rompem com as normas de gênero e sexualidade. Mas esse termo vai ser assumido por movimentos sociais como forma de contestação às sexualidades e identidades de gênero hegemônicas, formando o movimento queer.

rrar das dores que eu sentia por ser violada. Eu tenho as cicatrizes, elas representam o que passei e o quanto eu fui forte para suportar essa má fase. Utilizei drogas lícitas e ilícitas, como Clonazepan, álcool e cocaína, era uma forma de eu fugir, amortecer um pouco meus anseios interiores e aguentar a vida. Eu não tinha muito com quem falar sobre e tinha medo dos julgamentos. Minha família queria me ajudar, mas não sabia como, eu não falava e lá se foram anos de terapia e mais anos de uso de psicofármacos. Eu aceitar meu corpo, as violações das quais eu passei, as dificuldades, sendo adolescente foi muito difícil, eu estava deitada esperando a morte chegar, já que nas cinco tentativas de suicídio eu não havia conseguido morrer. Em 2012, após anos utilizando psicofármacos para dormir, depressão, ansiedade, meu corpo dá sinais de desgaste e eu vou parar no hospital com reações adversas da medicação, com o corpo tremulo tive que fazer uso de medicações antagônicas para passar esses efeitos. Então, eu decidi parar de fazer uso das medicações. Hoje em dia as vezes ainda uso quando não consigo dormir, mas isso é esporádico. Quando a vida tá muito pesada eu saio e bebo para aliviar um pouco a tensão e aguentar tudo isso. (Entrevista).

Os efeitos podem ser negativos porque produzem medo, dor, sofrimento psíquico e “pueden restringir la movilidad social y corporal” (Ahmed, 2015, p. 237), como se observamos nos relatos de Suelen sobre a adolescência, mas ao mesmo tempo pode ser um processo, ainda que difícil, marcado por emoções positivas, como narra a respeito de seu processo de construção de si, nas relações familiares, no ativismo e nas amizades.

Nas conversas que se seguiu após os primeiros contatos abordamos as questões relacionadas à infância, à família e à escola. Sua história de vida é marcada por incômodos produzidos pelos mecanismos de constrangimento de uma matriz de inteligibilidade de gênero que constitui distintos modos de inscrição na vida social e está presente em seu cotidiano, desde a infância à sua vida adulta. Os efeitos de subjetivação desse aparato regulatório aparecem ao relembrar das vivências da infância, quando percebia as opressões veladas ao sentir-se coagida como se tivesse cometido um crime. Um sentimento que permanece no convívio com a família e em sociedade.

Quando nasci me impuseram um gênero ao qual não me identifico, com o passar do tempo fui notando que eu não pertencia aquela etiqueta que haviam me imposto e notei que quando eu não reproduzia o que as pessoas esperavam desse estereótipo eu era veemente corrigida, com castigos, repressão do meu ser e desenvolvimento enquanto mulher. (Entrevista).

Em um dos primeiros eventos que Suelen foi palestrante, e participei a acompanhando, referiu que perdeu a inocência muito cedo ao ter que enfrentar as violências por romper com a norma binária de gênero. Como narrava, entende que não teve uma infância que possa se considerar saudável, uma vez que sofreu diversas violências em razão do olhar das pessoas e comentários que notava ocorre, mas não falavam diretamente para ela, sobre sua performance de gênero. Quando começou a transicionar, ainda na adolescência, percebeu a intensificação das violências por ser uma pessoa trans, tanto na família quanto na escola.

Ao contar sobre sua vivência, fala sobre determinados momentos do cotidiano escolar e familiar que ficaram “gravados” em sua história de vida e em seu corpo. Houve um investimento significativo posto em ação pela família em adequá-la ao gênero esperado para seu corpo quando tentam encaminhá-la para a hormonização com testosterona ou a inserção na prática de um esporte, como o futebol, socialmente reconhecido como uma prática masculina, com o objetivo de aprender a ser um homem. Na escola percebia os comentários dos estudantes, em algumas situações recebia ofensas verbais. Professores e direção não aceitavam o uso do seu nome social, alegando que estavam acostumados com o nome do registro civil. Suelen lembra que no ambiente escolar era alguém com medos e quieta porque constantemente passava por situações que reiteravam a cisnorma.

As marcas de gênero apresentavam-se constantemente na interação do cotidiano escolar com professores e crianças, em que seu corpo passava por constantes demarcações das fronteiras de gênero no controle dos gestos, dos movimentos corporais, nas brincadeiras e censuras atravessadas por simbologias de gênero. Tais situações foram vivenciadas em silêncio, sem nunca contestar até o momento em que passa a compreender a sua identidade de gênero. Foi nesse momento que se rebela contra aqueles que a estigmatizavam, abandonando a escola antes de finalizar o Ensino Médio por causa das violências sofridas nesse ambiente. Por isso, afirmou que se tornar mais combativa como uma forma de defesa.

Essas experiências, como bem destaca Bento (2014), ocorrem muito cedo, já no espaço familiar pela rejeição, humilhação e violência sobre qualquer tipo de expressão de feminilidades em corpos considerados socialmente como masculinos ou de masculinidades em corpos considerados femininos. Um campo político de disputas, conforme Scott (1995), em que o poder se manifesta, materializando corpos e subjetivando-os, pois, como colocar Foucault (2006, p. 147) “nada é mais material, mais físico, mais corporal que o exercício do poder”.

Gênero é uma prática discursiva e performática do corpo por meio do qual o indivíduo adquire inteligibilidade social e reconhecimento político por meio de operações regulatórias de poder que naturalizam o binarismo e exclui outras possibilidades (Butler, 2001; 2008; Bento, 2014). Lauretis (1994) aponta-o como uma tecnologia em que os dados biológicos são produtos e produtores de diferenças em processos reiterados ao longo do tempo nas mais diversas instituições e práticas sociais. Nas palavras de Bento, uma “máquina de produção em série de seres humanos. [...] E há então um conjunto de dispositivos linguísticos, médicos, religiosos... que se organiza e se estrutura a partir de uma engrenagem bastante complexa para produzir uma afirmação sobre o ser” (Bento, 2014, 485).

Nesse sentido, supor que gênero deva ser exclusivamente em número de dois e atrelado a ideia de dois sexos biológicos aprisiona as experiências que não se encaixam no binarismo, como as experiências trans, negando a sua condição de sujeito de gênero, processo que Suelen vivenciou na infância até a adolescência quando libertou-se das amarras da identidade imposta a seu corpo. Esse processo também foi vivenciado como um momento de empoderamento porque as violências, anteriormente sofridas caladas, passaram a ser enfrentadas.

### **À guisa de conclusão**

A reflexão aqui apresentada procurou lançar algumas discussões sobre a dimensão política das emoções, seguindo a trilha de Abu-Lughod e Lutz (1990) e Ahmed (2015) quando discutem o que as emoções fazem ou produzem, considerando sua dimensão micropolítica. Para esta autora, as emoções materializam as possibilidades e limites de se viver, portanto, produzem corpos e subjetividades. Por isso, quando aquelas autoras apontam que as emoções estão emaranhadas nas relações de poder, podemos pensar a relação entre emoções e as lutas por justiça social presente nos movimentos sociais.

Pensar as emoções como uma micropolítica, então, nos traz uma pergunta importante que moveu a discussão nesse artigo: Qual o lugar das emoções para mobilizar a mudança ou, então, reatualizar normas sociais? A experiência de Suelen nos permite identificar esses movimentos em que as emoções estão presentes. Podem diferenciar aqueles que se tornam viáveis a uma vida digna dentro de uma matriz de inteligibilidade de gênero, a matriz cisgênera, aqueles que serão amados, serão corpos que importam e aqueles que serão marcados como abjetos, como vem discutindo Butler (2001; 2008; 2009; 2011) e, então, serem corporificadas. Mas também pode produzir o engajamento através do ativismo movida pela indignação com as injustiças.

As narrativas de violência, um trabalho político e emocional, são formas de reconhecimento das injustiças que as normas de gênero e sexualidade produzem sobre corpos e subjetividades, bem como afirmar uma existência que também importa. O ativismo realizado por

Suelen é atravessado por emoções. Um processo de constante afetar e ser afetado. As emoções, portanto, possuem uma gramática que nos ajuda a pensar as relações de poder e as formas de resistir e modificar a essas relações.

### Referências

Abu-Lughod, Lila. Shifting politics in Bedouin love poetry. In: Lila Abu-Lughod; C. Lutz. *Language and the Politics of Emotion*. New York: Cambridge University Press, 1990.

Abu-Lughod, Lila; C. Lutz, C. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: Lila Abu-Lughod; C. Lutz, C. *Language and the Politics of Emotion*. New York: Cambridge University Press, 1990.

Ahmed, Sara. *La política cultural de las emociones*. Ciudad de México: Programa Universitario de Estudios de Género de la UNAM, 2015.

Bagagli, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e Transfeminismo. *Revista Gênero*, Niterói, v.14, n.1, p. 11-27, 2013.

Bento, Berenice. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento, realizada por Diego Madi Dias. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 475-497, 2014.

Bonassi, B. C. et al. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. *Quaderns de Psicologia*, v. 1, n. 7, p. 83-98, 2015.

Butler, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes.(org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Butler, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2008.

Butler, Judith. Performativity, precarity and sexual politics. *AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana*, Madrid, v. 4, n. 3, p. 1-13, 2009.

Butler, Judith. Vidas precárias. *Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.

Castells, Manuel. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2013.

Coelho, M. C.; C. B. Rezende. Introdução. O campo da antropologia das emoções. In: M. C. Coelho; C. B. Rezende, C. (Orgs.). *Cultura e sentimentos: ensaios em antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: ContraCapa / Faperj, 2011.

Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. 22 Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

Goodwin, J. et al. Emotional dimensions of social movements. In: D. Snow; S. A. Soule; H. Kriesi (Eds.). *Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell Publishing, 2004.

Gomes, Carla de Castro. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 231-255, 2017.

Jesus, Jaqueline Gomes. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In: Ana L. Galinkin; Karine B. Santos, (Orgs.). *Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: diálogos interdisciplinares*, p. 80-89, 2010.

Jimeno, Myriam. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 99-121, 2010.

Lauretis, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: H. B. Hollanda. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- Louro, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- Mauss, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. Roberto Cardoso de Oliveira (Org.). *Marcel Mauss: antropologia*. p.147-153. São Paulo: Ática, 1979.
- Riginato, Maria Eugenia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>> Acesso em: 21 jun. 2017.
- Rosaldo, Michelle Z. Toward an anthropology of a self and feeling. In: R. A. Shweder; R. A. Levine. *Culture theory: Essays on mind, self and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- Sarti, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, 2011.
- Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SDH. *Relatório de violência homofóbica no Brasil: 2013*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf> Acesso em: 21 jun. 2017.
- Siqueira, M. D.; C. O. Victora, C. O corpo no espaço público: Emoções e processos reivindicatórios no contexto da “Tragédia de Santa Maria”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 166-190, 2017.
- TGEU. *Transrespect vs Transphobia*, 2016. Disponível em: <http://transrespect.org/en/> Acesso em: 21 jun. 2017.
- Vianna, A.; J. A. Farias. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 79-116, 2011.
- Victora, Ceres. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 3-13, 2011.
- Youngs, Gillian. Digital transformations of transnational feminism in theory and practice. In: R. Baksh; W. Harcourt, W. (Eds.). *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

